

Aumentam casos de violação de menores

NOTÍCIAS
Cidade de Nampula 10.05.2021
Ed. nº 31, 294
Pág. 07

A PROCURADORIA da República em Nampula diz ter registado durante o primeiro trimestre do presente ano trinta e oito casos de violação de menores e catorze de uniões prematuras, número que está muito aquém da situação actual.

Nampula é uma das regiões que se destaca no país, no que tange à violação de menores e prática de casamentos prematuros.

Os dados foram divulgados semana passada por aquele órgão de administração da justiça, na cidade de Nampula, por ocasião da realização de mais uma capacitação de formadores dos grupos de referência para o combate ao tráfico de seres humanos. Esta acção envolve técnicos da província anfitriã e da vizinha Zambézia, em matérias ligadas à protecção da criança, tráfico de pessoas e imigração ilegal.

O procurador provincial de Nampula, José Cuna, disse que a instituição registou durante o período em referência mais de noventa casos criminais contra a criança, destacando-se as violações sexuais e casamentos precoces.

Segundo o magistrado, a capacitação de formadores de grupos de referência constitui uma mais-valia, pois se trata de um instrumento catalisador e multiplicador daquilo que são os objectivos essenciais da criação e funcionamento daquele grupo.

Espera-se que, com a formação, os grupos de referência das províncias visadas encontrem respostas eficazes às acções de prevenção e combate de práticas criminais em referência.

Os grupos são multidisciplinares e têm como coordenador o Ministério Público, integrando representantes de outras instituições estatais, organizações não-governamentais e órgãos de comunicação social.

Em Nampula, a Procuradoria provincial tem reclamado a falta de denúncia por parte da população, o que na sua óptica contribui para a não descoberta de casos de tráfico de seres humanos que se supõe ocorram um pouco por toda a região.

No que diz respeito aos casamentos prematuros, os pais são apontados como sendo principais coniventes por permitirem tais uniões em troca de benefícios materiais e/ou financeiros, ocultando os indiciados, quando denunciados pela comunidade.